

UM CURSO DE ARQUIVOLOGIA PARA EMPRESAS

(Continuado do fascículo anterior)

Na verdade, a complexidade da função bibliotecário-arquivística de hoje tem de equacionar e resolver problemas de múltipla espécie, de mais vasta audiência e projecção, de maior repercussão política, económica e social, que somente uma formação adequada eficiente permite enfrentar e solucionar cultural e tènicamente. Referindo-se à anterior geração de bibliotecários-arquivistas e pondo em confronto a sua acção com a premência das exigências hodiernas e da preparação inerente, escreveu Sintes y Obrador: «El Humanismo era el denominador común que informaba la preparación de esta generación a la que tanto debemos. Hoy las necesidades han cambiado y son más amplias y urgentes en profundidad y en extensión: Junto a los grandes Archivos Históricos del Estado, se han revalorizado y cobrado actualidad los eclesiásticos y municipales; se han creado los Históricos Provinciales, y reclaman un puesto para el futuro los modernos archivos de empresas comerciales e industriales, al igual que en Bibliotecas junto a la Biblioteca Nacional y a las pocas especializadas que existían entonces, hemos visto florecer las populares, las infantiles, las universitarias, las de empresa, las circulantes y las viajeras y otras muchas modalidades que reclaman hoy nuestra urgente atención. Frente a estas necesidades modernas, tan distintas a las que vivieron nuestros padres, no cabe hurtar la responsabilidad. No se trata ya de formar a un Archivero o Bibliotecario con más o menos competencia; hay que crear distintos tipos de Archiveros y distintos tipos de Bibliotecarios, como distintos son el contenido, la organización, el valor y los fines de los depósitos documentales y bibliográficos, y distinta la previa formación cultural de quienes deben desempeñarlos. En orden a la preparación profesional, no se puede exigir lo mismo a quien pretende ocupar un puesto en el Archivo Histórico Nacional o en el de Simancas que a quien aspire a llenar el de una empresa industrial; ni al futuro funcionario de la Sección de Raros de la Biblioteca Nacional, que a quien va a ser destinado a la Biblioteca de un pueblo dependiente del Centro Coordinador de Bibliotecas de la provincia»⁽¹⁾.

⁽¹⁾ *Problemas de los archivos españoles*, p. 29-30.

É bem sabido que a função superior do bibliotecário-arquivista é de grande complexidade e de responsabilidade, cultural, social e moral, seja qual for o estabelecimento em que ela se exerça. Escreveu judiciosamente a Sr.a D. Maria del Carmen Pescador, ilustre bibliotecária-arquivista espanhola: «El archivero será el pozo de ciencia donde acudir para pedir un consejo, una orientación para el investigador, para el que realiza trabajos de tesis como alumno, no la persona a quien se le pregunta, ¿ hay aquí datos sobre fulano de tal, sobre este tema o época ?, y tiene que remover sus papeles, sus ficheros e incluso sus documentos para contestar si o no. Las Guías y Catálogos deben ser los informadores en primera instancia. El archivero, en su función respecto al público, tiene que no ser um mero *informador*, sino *orientador*: el señor (o señora) que resuelve una duda, no el que rebusca en un fichero» (1). Também o sr. Dr. Cruz Malpique pondera: «... O arquivista deverá conhecer o maior número possível de línguas, entre elas o latim, a língua antiga do seu país, e, a par disso, conhecerá, como os dedos das suas mãos, a paleografia, a diplomática, a esfragística, as instituições antigas, a história medieval, a moderna, et j'en passe... Dentro do arquivo que lhe é confiado será o cicerone diligente e inteligente daqueles que o frequentam com programa de estudo. Esconder documentos aos olhos dos investigadores é atitude que ele, moralmente, nunca poderá tomar, sob pena de estar praticando grave traição à erudição histórica. E, agora, este reparo, que supomos ser de Raúl Proença: «O arquivista que julga cumprir a sua missão pela publicação de trabalhos originais feitos sobre documentos do seu arquivo, engana-se redondamente. O arquivista pode, evidentemente, ser um escritor, um erudito, um historiador ou um homem de ciência, mas é apenas na medida em que auxilia com os seus trabalhos de inventariação e de identificação os estudos dos outros investigadores que ele cumpre integralmente a sua missão de arquivista» (2). Referindo-se às actividades da Biblioteca-Arquivo do Banco de Portugal, escreveu o Sr. Dr. Adelino P. R. Natário: «Sem imediata preocupação humanística (embora não a esquecendo), a biblioteca-arquivo do Banco de Portugal tem procurado tornar-se um útil e cada vez mais indispensável coadjuvante da Administração e dos Serviços, fornecendo-lhes elementos actualizados, e tanto quanto possível, completos e rápidos, que permitam tomar decisões com a necessária fundamentação ou preparar orientações seguras com a desejada antecedência. Para além desta finalidade utilitária, procura-se a valorização profissional e cultural dos servidores da Casa, mediante a apresentação sugestiva e actualizada das espécies de maior interesse»; sobre as actividades arquivísticas do Banco, observou o Autor, o seguinte: «Findos aqueles prazos (os estipulados na lei ou segundo critérios de prudente segurança para eventual esclarecimento futuro de operações efectuadas), as espécies que tiveram inutilização imediata por evidentemente desnecessárias, são presentes ao Arquivo Histórico, que se pronuncia sobre a sua guarda ou destruição... Conforme se indica no capítulo anterior, não se

(1) PESCADOR, Maria del Carmen — *Biografía del concepto de archivo*, p. 17.

(2) MALPIQUE, Cruz — *A missão social do bibliotecário*, p. 18-19.

entendeu que um Arquivo Histórico é um mero arquivo de «salvados», do que se julga empiricamente inútil, nem mesmo que é um depósito estático de... velharias. Por isso se determinou no Banco de Portugal que, com exclusão dos papéis meramente auxiliares de imediata e segura inutilização, haveria que ouvir o responsável pela escrituração do Banco sobre os *prazos legais ou utilitários de guarda* das espécies. Passados estes prazos, antes de se proceder à destruição dos documentos comercialmente inúteis, é ouvido o responsável pelo Arquivo Histórico sobre a utilidade histórica — a *presumível «historicidade»* — do documento votado a eventual inutilização. Após estes pareceres — do Director da Contabilidade e do Conservador da Biblioteca-Arquivo — a Administração do Banco determina o desaparecimento ou a transferência para o Arquivo Histórico dos documentos em causa. Temos assim um *Arquivo activo*, transitório e directamente utilitário — o Arquivo geral; um *arquivo definitivo*, cultural e inactivo⁽¹⁾ — o Arquivo Histórico⁽²⁾. Foi possivelmente consultando os papéis e os livros velhos do Banco — o seu Arquivo Histórico data contudo de 1946 — que o Professor Doutor Caeiro da Mata elaborou o seu trabalho *O Banco de Portugal: Esboço histórico* (Lisboa, *Boletim do Banco de Portugal*, n.ºs 1 e 2, 1932-1933).

É sobejamente conhecida a importância dos arquivos das empresas, não somente para a gestão das suas próprias actividades, mas também para o conhecimento do momento histórico da vida nacional que eles documentam, registam e conservam. Oliver W. Holmes põe-na em evidência no estudo *A avaliação e preservação dos arquivos dos negócios*⁽³⁾.

Perante este movimento ascensional de valorização dos arquivos económicos, da sua importância sob o aspecto cultural no que se refere à história económica e social, da ciência e da técnica, surgiu o problema da preparação, habilitação e competência especializadas do pessoal arquivístico, problema que se põe em pontas de dilema e que em tanto se discute: qual o pessoal mais idóneo para organizar, conservar e dirigir os arquivos de empresas: o bibliotecário-arquivista de formação humanística tradicional, o engenheiro, o economista, o licenciado em direito, em matemática, em ciências, o militar ou o professor, etc.? Que preparação escolar deve ter pois o bibliotecário-arquivista de empresa e quais as matérias ou disciplinas de habilitação e formação geral e especial? Estará o primeiro em condições de assumir tal responsabilidade com a amplitude da arquivologia e arquivística empresárias de hoje? Estarão os outros de formação exclusivamente científica, sem qualquer propedêutica histórica, à altura de resolver e abranger todos os problemas a elas inerentes, mormente os de cunho historiográfico e linguístico? Se os primeiros podem adaptar-se facilmente às circunstâncias dos arquivos de empresas, dada a sua preparação geral e especial,

(1) Não concordamos com a qualificação de *inactivo* aplicada a um Arquivo Histórico e, neste caso, muito importante para a história financeira do país.

(2) *Actas do I Encontro*, p. 482-483.

(3) Inseto na compilação de Samuel H. Jameson, *Administração de arquivos e documentação*, p. 267-280.

poderão os outros discernir a noção de valor socio-histórico, presente e futuro, do conteúdo dos documentos? A propósito desta problemática e das variadas sugestões, alvitre apresentados e até soluções praticadas escolar ou extra-escolarmente para a sua resolução, escreveu R. Marquant:

«Na quase totalidade das suas respostas, os serviços de arquivos julgaram que o arquivista, habilitado pelos métodos tradicionais, era susceptível de fácil adaptação às condições, algo especializadas, do arranjo e custódia dos arquivos de empresas. Vários directores de arquivos salientaram mesmo o quanto lhes parecia inconcebível retirar-se da alçada dos arquivistas qualquer uma dentre as categorias de papéis, e mostraram como não viria à ideia de alguém confiar a um engenheiro da Administração das Pontes e Calçadas os arquivos deste serviço, nem a um magistrado, os arquivos judiciários. Na realidade ocorre, contudo, que certos órgãos conservam seus arquivos sem os recolher ao repositório central da nação, confiando a gestão dos mesmos a um funcionário da sua jurisdição. Este, de facto, é auxiliado, não raro, por arquivistas com a habitual formação profissional (como no caso do Ministério da guerra de França). De qualquer forma, alguns raros serviços de arquivos (Land da Renânia-Vestfália) ou arquivistas (intervenção do Dr. Solleder, antigo director dos Arquivos de Estado de Nuremberg, no Congresso dos Arquivistas Alemães de Brennen) e bom número de professores que se ocupam das questões económicas (F. Redlich, Domênico Demarco em Nápoles, etc.) preferem ver os arquivos económicos confiados a engenheiros ou economistas que receberam instrução no campo da arquivística. Na verdade, a maior parte dos Institutos ou Centros de arquivos económicos a que nos referimos é dirigida por economistas ou pelo pessoal de administração e é rara a presença de arquivistas nos mesmos».

«As vantagens e os inconvenientes dos dois sistemas são evidentes. Por sua formação, o arquivista, melhor do que ninguém, saberá estimar o valor dum documento, ou de uma série de documentos, para os historiadores futuros, sem deixar-se influenciar pelo interesse imediato e prático dos papéis elaborados nas administrações ou empresas. Da mesma forma, será o arquivista, por certo, quem dará aos arquivos que lhe forem confiados os esquemas de arranjo mais capazes de permitirem, aos futuros pesquisadores, a realização dos seus trabalhos científicos e a percepção rápida da importância da documentação disponível. A função do arquivista não consiste, com efeito, em explorar os documentos que lhe são entregues, trabalho do qual somente o técnico pode, por vezes, desincumbir-se, mas em facilitar-lhes o acesso aos investigadores».

«O engenheiro, o economista, ao contrário, talvez revele, mais que o arquivista, de formação tradicional, pendor pelos papéis sob a sua custódia e, em certos casos particulares, lhes apreciará melhor o valor, porque mais inteirado do encadeamento dos fatos, ou do mecanismo dos departamentos e organizações em que se originaram os documentos em questão. Não obstante, já se têm levantado objecções de ordem prática. A necessidade actual, urgente e imperiosa em todos os países, de engenheiros e economistas, a diferença muito sensível das situações materiais que lhes são oferecidas, em relação aos vencimentos dos arqui-

vistas, tornam pouco plausível, salvo raras exceções, a gestão dos repositórios de arquivos por pessoas que não sejam arquivistas profissionais».

«De qualquer forma, uma vez que, salvo talvez em certas nações latinas, os arquivistas não-*de ter*, cada vez mais, ensejo de se ocupar com os arquivos modernos e, entre estes, com os económicos e sociais, parece recomendável que, na sua formação escolar e profissional, se abra margem crescente para as questões económicas modernas. Aparentemente nos achamos, neste terreno, ainda, longe do que poderíamos desejar e a concepção do papel do arquivista, como a formou o século XIX, pesa fortemente até hoje. É bem evidente que, em inúmeros países, não há proporção, no que toca ao ensino dado aos futuros arquivistas, entre o número de horas consagradas às ciências da Idade Média, por exemplo, e o atribuído a quanto diga respeito à administração e à economia modernas. O curso relativo às instituições públicas, na *École des Chartes*, não as estudou, até há pouco, além de 1800, só ultimamente sendo deslocado o limite para 1875. Na mesma escola se vem realizando, de três em três anos, de acordo com decisão recente, uma série de conferências facultativas sobre as partes da história económica da Idade Média».

«Entretanto, nas conferências e manifestações organizadas pelos Arquivos Nacionais para a formação de arquivistas estagiários, uma dezena de palestras versa sobre assuntos económicos, por vezes muito modernos, e há programadas várias visitas aos arquivos de bancos e de sociedades nacionalizadas (Renault, Banco de França)».

«O Instituto de Marburgo não previu formação especial e, nos próprios Estados Unidos, não se parece haver dado seguimento ao desejo de Oliver W. Holmes, no sentido de que os arquivistas de Estado viessem a especializar-se nos arquivos económicos e comerciais e de que se exigissem deles, nesse caso, além de conhecimentos relativos à arquivística, diplomas de economia política. Na Polónia e na Jugoslávia, em compensação, foram organizados cursos complementares, pela Direcção-Geral dos Arquivos, para os arquivistas que tencionassem consagrar-se aos arquivos económicos. Ministram-nos, na Polónia, engenheiros e economistas. Do mesmo modo, na República Democrática Alemã, o Instituto de Arquivística providenciou cursos especiais nesta matéria e o Dr. Neuss julga mesmo que a diplomática da economia, «*Die Aktenkunde der Wirtschaft*», se transformou numa disciplina especializada».

«Os arquivos privados das empresas são de formação extremamente variável, de acordo com as mesmas e com os países em questão. Cumpre distinguir, ainda aqui, entre as nações do Leste e as do Oeste e, no que toca a estas, separar os Estados Unidos e a Alemanha e, bem assim a Suécia e os Países Baixos. Com efeito, enquanto, em tais Estados, os arquivistas das empresas privadas apresentam, frequentemente, boa formação profissional e científica, é deplorável que só raramente ocorra alhures outro tanto. Chegou-se mesmo a afirmar que, em algumas empresas, recairia sobre os empregados menos ativos do estabelecimento semelhante tarefa! Sem nos abalancharmos a confirmar tais observações, há que frisar, todavia, o fato de, em inúmeros países, estarem os arquivos, mesmos os de empresas muito importantes,

sob a custódia de empregados subalternos. Alguns não possuem nenhuma formação profissional, não se lhes requer curso algum de habilitação, e sua ambição se cifra, nos melhores casos, em ordenar os papéis que lhes foram confiados, de forma tal que possam satisfazer os pedidos essenciais de informação oriundos das diversas secções. No entanto, delinea-se alguma melhoria sob o aspecto da «documentação» e, embora sejam as duas profissões assaz diferentes, o interesse despertado actualmente pelos «documentalistas» talvez favoreça, com o tempo, a situação profissional e técnica do arquivista de empresa. Este, de qualquer forma, permanece isolado e sem nenhum contacto com os arquivistas de formação científica».

«Completamente distinta apresenta-se a situação na Alemanha Federal, nos Estados Unidos e, também, até certo ponto, na Holanda e Suécia. Existe, nos Países Baixos, uma Associação de Arquivistas das empresas privadas, a qual prepara o pessoal desta especialidade, em colaboração com o «Nederlands Institut voor Documentatie en Registratur». Os cursos duram ano e meio (em parte por correspondência); o princípio de classificação adotado é o da classificação decimal. Esta Associação dos Arquivistas de empresas não está vinculada à Associação dos Arquivistas holandeses».

«Na Suécia, a «Comissão de arquivos de empresas económicas» forma, há alguns anos, arquivistas e pessoal executivo e promove estágios. A «Sociedade Sueca de arquivos», por seu lado, esforça-se por criar, mediante conferências e publicações, ativa colaboração entre as diversas categorias de arquivistas da Suécia».

«Desenvolveu-se, na Alemanha, grande esforço para constituir um corpo de arquivistas de usinas e empresas (Werks-Archivare, Betriebs-Archivare), que possuíssem excelentes qualidades profissionais. Fundou-se em 1957, na cidade de Düsseldorf, a Associação dos Arquivistas de Usinas Alemãs (Vereinigung deutscher Werks-Archivare), que tomou rápido incremento. A excelente revista «Tradition» oferece-lhe a hospitalidade das suas colunas para as comunicações e os melhores trabalhos dos membros da entidade. Suscitou-a a «Comissão para a conservação dos arquivos de empresas» a que acima nos referimos. Propõe-se instaurar cursos onde se adestrem os futuros arquivistas de empresas e, enquanto aguarda a criação de tal ensino, orientar os seus membros para os já organizados pela «Arbeitsgemeinschaft für soziale Betriebsgestaltung», em Heidelberg. Julga o Presidente da Associação, aliás, que, no preparo futuro, há que acentuar-se antes a história da técnica e das empresas, que os problemas da arquivística».

«Ao contrário dos arquivistas de Estado, o das empresas vive isolado. De formação e origem extremamente variada, atua num meio em que os seus problemas e necessidades nem sempre são compreendidos. Donde a necessidade de associação e a aspiração de que esta e os seus membros estabeleçam múltiplos contatos com os arquivistas com preparo científico. É o que se verifica, precisamente, na República Federal, uma vez que vários arquivistas de empresas são, ao mesmo tempo, membros da Associação de Arquivistas Alemãs, tomando parte e usando da palavra nos congressos por ela promovidos, sobretudo no de Constança, em 1958».

«Mas é nos Estados Unidos que os contatos e as relações entre as duas categorias de arquivistas são mais frequentes e frutuozos. A razão disto consiste, talvez, no grande espaço reservado às questões econômicas nas preocupações intelectuais de todos. Possivelmente o fato de que a maioria dos arquivos federais ou dos estaduais seja de data recente também tenha desempenhado algum papel e facilitado o estabelecimento de tais conexões. Cada vez mais numerosos são os arquivistas de empresas que frequentam os Arquivos federais à cata de conselho e apoio, os que lêem a revista «The American Archivist», os que pertencem à Sociedade de Arquivistas Americanos, e participam de seus congressos. Tais contatos revelam-se tanto mais úteis quanto se sabe que os arquivistas de empresas, fiéis ao pragmatismo anglo-saxão, elaboram em seguida, à luz da sua experiência e dos conselhos recebidos, os seus próprios sistemas e regras. Com efeito, não parece que, malgrado o interesse real despertado por tais questões, se projectassem cursos regulares especiais para o referido pessoal. Os que quiserem receber uma formação teórica vão simplesmente seguir os cursos de verão programados na American University, em Washington, pelo Professor Ernst Posner».

«Envidou-se, ao contrário, grande esforço nos países comunistas para habilitação, pelo ensino, dos arquivistas de empresas.

«Na Hungria, só se permite serem nomeados para as emprêsas os arquivistas que lograram êxito nos cursos estabelecidos pelos Arquivos Nacionais. Foi redigido em sua intenção, pelo Centro Nacional de Arquivos, um pequeno manual. Mas é no tocante à República Democrática Alemã que dispomos de mais fartas informações. O decreto de 27 de Abril de 1950, que obrigou toda emprêsa nacionalizada a possuir arquivistas, suscitou graves problemas para as autoridades responsáveis. Se, com efeito, afigurava-se relativamente fácil achar uns tantos arquivistas qualificados para as maiores emprêsas, o problema era de solução muito árdua no que diz respeito às inúmeras empresas de importância média, cujo volume de arquivos requeria, não obstante, o emprego de pessoal habilitado. É muito para desejar-se que só os arquivistas munidos de diploma do Estado possam ser affectos a este trabalho. Não se atingiu este ideal, mas para lá se caminha. Não foram felizes as primeiras tentativas que visavam à formação simultânea dos arquivistas de usinas e dos arquivistas científicos, no Instituto de Arquivística de Potsdam. Os arquivistas que, a partir de 1952, ali seguiam um curso de três meses, de volta às suas usinas ou aos seus organismos econômicos, sofreram remoção para outros serviços, quer pela carência de pessoal em sectores de atividade de maior monta, quer porque tentassem obter postos de melhor remuneração em outra profissão. Assim, desde 1955, prefere-se ministrar tal ensino na escola profissional, também instalada em Potsdam, a qual prepara arquivistas do «nível médio» (mittlere Dienst) para o serviço do Estado. Esta escola «Fachschule für Archiv-Wesen» estabeleceu ciclos de ensino, seja directos, em Potsdam, (dois anos de duração), seja por correspondência (três anos). Todos os alunos (em 1958, 16 em Potsdam e 120 por correspondência) frequentam os cursos gerais de arquivos ou de história. Os que se destinam aos arquivos de empresas recebem, a mais, instrução atinente à história econômica, à administração da economia, aos arquivos das emprêsas capitalistas, aos das emprêsas naciona-

lizadas, etc. Publicaram-se vários manuais, quer elementares, quer exaustivos. O intitulado «Aktenkunde der Wirtschaft» compreende dois volumes: o primeiro, aparecido em 1954, é consagrado à economia capitalista, o segundo, vindo a lume em 1956, à economia nacionalizada da República Democrática Alemã.

«Fora das questões relativas aos arquivistas de usinas é interessante a experiência alemã porque denota, pela fundação dessa «Fachschule», a preocupação de formar, igualmente com cuidado, o pessoal executivo de arquivos modernos de Estado. Sem dúvida — como afirmava Sir Hilary Jenkinson em 1951, no Congresso de Paris — há apenas uma diferença exterior, e que reclama tão somente distinto tratamento físico externo, entre o documento antigo e contemporâneo. Sem embargo, não há negar que a tarefa do arquivista a quem cabe classificar um acervo de autos da Idade Média é ampla, senão essencialmente distinta da do arquivista que tem à sua frente um milhão de dossiês provenientes do Serviço de Segurança Social, por exemplo. Necessita absolutamente este último, ao contrário do primeiro, de pessoa de execução. A qualidade do arranjo, e da selecção dos papéis modernos será, com frequência, função da qualidade profissional do referido fator humano. Ao que parece, houve pequena preocupação com tal dificuldade. Somente a Polónia assinala dois cursos, com a duração de dois a seis dias, organizados pelos Arquivos gerais em benefício dos empregados e, na Alemanha, em Limburgo, um arquivista de Estado (antigo arquivista de Minas) dá cursos privados do mesmo género».

«Criou-se na França, depois da guerra, categoria especial de funcionários dêsse tipo, para servir nos arquivos — suarquivistas e prepostos (Commis) os quais se recrutam (após certas disposições transitórias) por concurso, isto, porém, sem que, para tais provas, cursos de preparação sejam previstos (provavelmente será impossível programá-los, dado o número exíguo e a dispersão geográfica dos candidatos). Há pouco, por fim, o decreto de 11 de Janeiro de 1960 previu a criação de arquivistas documentalistas, a quem serão principalmente confiados, sob a autoridade dos Directores dos Serviços de Arquivos, os arquivos modernos dos grandes repositórios e a quem se dará o ensejo mesmo, em certos departamentos de criação recente, de assumirem a responsabilidade pelo conjunto do serviço. Não é inverosímil que, algum dia, as empresas nacionalizadas, por exemplo, venham a recrutar entre êsses arquivistas-documentalistas o pessoal necessário à guarda de seus arquivos. Parece muito cedo, de qualquer forma, para tirar conclusões no que toca a instituição tão nova» (1).

Verifica-se actualmente pronunciada tendência para as empresas utilizarem na organização e no trabalho dos seus arquivos bibliotecários-arquivistas qualificados e de formação universitária, e de recorrer até aos serviços de organismos oficiais especializados. Assim, em Inglaterra, a Repartição do Carvão e a Repartição da Energia Atómica que se integraram na Lei dos Arquivos Públicos (Public Record Act) de 1958, entregaram a organização dos seus

(1) *Ob. cit.*, p. 16-21.

arquivos a arquivistas qualificados. O arquivista desta última exerce ainda o cargo oficial de historiador da instituição (1). O Merlo Archiv, de um dos grandes consórcios suecos da indústria de transformação de madeira, submeteu-se à inspecção do arquivista-chefe dos arquivos oficiais regionais. Em 1937, a empresa norte-americana Firestone apelou para um arquivista dos Arquivos Federais a fim de lhe classificar os seus documentos, o que constituiu auspicioso início de proveitosa colaboração entre os arquivistas do Estado e os de empresas particulares e, no caso vertente, como noutros idênticos, o reconhecimento, por parte delas, da necessidade de recorrer a especialistas superiormente qualificados para os seus serviços arquivísticos. A empresa Ford, cujos arquivos estão modelarmente organizados e à disposição de estudiosos e cuja Fundação tem acalentado e financiado as investigações de história económica e social, acolheu até a Associação de Arquivistas Americanos facilitando-lhe as suas tarefas de ordem geral e especial (2). Em França, algumas empresas ou núcleos económicos chamam arquivistas de formação universitária ou antigos arquivistas reformados para a organização e conservação dos seus arquivos. A empresa Wendel pediu à Direcção dos Arquivos de França a colaboração de um arquivista qualificado para trabalhar nos seus arquivos. Aquela Direcção pôs à disposição das empresas e dos particulares os seus serviços técnicos especializados para auxiliá-los na classificação dos seus arquivos particulares (3). O Instituto de História Social de Amsterdão, criado em 1935, especializado na recolha e arquivagem de documentos sobre os movimentos operários e sociais, nacionais e estrangeiros, confiou ainda há pouco a dois arquivistas qualificados o encargo de classificar e organizar aquelas colecções. Exigem-se legalmente, como verificamos, arquivistas de formação escolar oficial superior para a direcção dos arquivos de empresas.

Transpondo para o plano *empresa* as exigências formuladas para o pessoal do *arquivo público, mutatis mutandis*, verifica-se que, deontologicamente falando, não pode ser bibliotecário-arquivista, só bibliotecário ou só arquivista, quem quer, nem pode conceder tais títulos qualquer instituição docente não oficial. Não é só a prática que importa: «Experience in filing is not necessarily a satisfactory substitute for training, for ten years of experience may mean ten habit-forming years of filing incorrectly and wastefully», conforme pensa Estelle Hunter (4). Importa sobretudo uma cultura geral vasta, uma cultura especializada, numa prática de ordem técnica, tudo coroado por qualidades pessoais apreciáveis, como já se disse. A operação de decidir da «presumível historicidade» de um documento, como se faz por exemplo entre nós na Biblioteca-Arquivo do Banto de Portugal, só pode ser feita por indivíduos de cultura superior, como a classificação de correspondência estrangeira só pode ser feita por indivíduos de boa

(1) MARQUANT, R. — *Ob. cit.*, p. 13.

(2) MARQUANT, R. — *Ob. cit.*, p. 14. A própria empresa Ford deu até a lume as normas de frequência e utilização dos seus arquivos: *Rules governing use of Ford Motor Company Archives*, 1953.

(3) MARQUANT, R. — *Ob. cit.*, p. 14 e GILLE, Bertrand — *Os arquivos privados e económicos*, em *A significação dos arquivos económicos*, p. 37.

(4) JAMESON, Samuel — *Administração de arquivos e documentação*, p. 284-285.

cultura linguística. Por consequência, um dirigente de arquivo de empresa — referimo-nos naturalmente a grandes empresas, — só deve ser um indivíduo diplomado com o Curso de Bibliotecário-Arquivista, o único oficialmente autorizado a conferir tal título em que cabem *bibliotecário e arquivista*.

Cursos de auxiliar de arquivista poderiam ser criados em escolas médias ou cursos médios o que facilitaria a sua localização simultânea em muitos centros. Mas não se deve retirar aos seus primeiros e beneméritos instituidores a faculdade de o continuarem, aperfeiçoarem e propagarem. Nestas condições, devia ser oficializado para poder conceder juridicamente o título e a categoria mencionados. Essa oficialização poderia ser feita mediante um exame final do curso, com um júri constituído pelos professores do mesmo, presidido por um professor do Curso de Bibliotecário-Arquivista, e realizado no local onde foi ministrado.

Coimbra, 5 de Janeiro de 1967.

MARIA LUÍSA SAAVEDRA MACHADO

Arquivo da Universidade de Coimbra

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Pedro A. e BAIÃO, António — *O Arquivo da Torre do Tombo*. Lisboa, Imprensa Comercial, 1905.
- BELDA, Luis Sánchez — *Nuevos métodos técnicos, nuevos materiales y nuevas experiencias en el campo de la restauración, conservación y fotografía de archivos desde 1950*. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1961.
- CHAUMELY, Jean e HUISMAN, Denis — *Les relations publiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- Código Comercial Português*. 8.ª ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- Cursos para formación técnica de archiveros y bibliotecarios*. Madrid, 1954.
- DAVIS, Valentine — *The matter and method of modern teaching*. Londres, Georg G. Harrap, 1934.
- I ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES — *Actas*. Coimbra, 1966.
- ESTEVEENS, Manuel Santos — *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796-1948)*. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 19, Coimbra, 1950.
- ETTINGER, Karl E. — *Administração racional de Empresas*. 12 vols. Trad. e notas de Idel Becker. S. Paulo, IBRASA, 1964.
- FAVIER, Jean — *Les archives*. Paris, Presses Universitaires de France, 1959.
- HOLMES, Oliver W. e GILLE, Bertrand — *A avaliação e preservação dos arquivos dos negócios*. IDEM — *Os arquivos privados e económicos* (Trad. de Leda Boechat Rodrigues). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

- JAMESON, Samuel H. — *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.
- LIZ, Fernando — *Arquivos administrativos*, Porto, s. d.
- MADEY, J. e BAUTIER, R.-H. — *Os arquivos e os documentos públicos modernos*. Rio de Janeiro, 1960.
- MALPIQUE, Cruz — *A missão social do bibliotecário*. Sep. do Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 6. Matosinhos, Tip. Simões, 1959.
- MARQUANT, R. — *Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais*. Trad. de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro, 1960.
- MATILLA TASCÓN, A. — *Cartilla de organización de archivos*. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1960.
- MULLER, S., FEITH, J. A. e FRUIN, R. — *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. de Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.
- Normas sobre el servicio público de archivos, bibliotecas y registro de la propiedad intelectual*. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas.
- PERES, Damião — *O curso de bibliotecário-arquivista*. Coimbra, Coimbra Editora, 1940.
- PESCADOR, Maria del Carmen — *Biografía del concepto de archivo*. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1955.
- PRADO, Heloísa de Almeida — *Manual do arquivista*. São Paulo, Ed. LEPSA, 1961.
- PRAT GABALLI, Pedro — *Publicidad racional*. Barcelona, Editorial Labor, 1934.
- REBELO, José Pedro de Miranda — *Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo*. Lisboa, Imp. da Universidade, 1904.
- SCELLENBERG, T. R. — *Archivos modernos. Principios y técnicas*. Trad. de Manuel Carrera Stampa. La Habana, Arquivo Nacional, 1958.
- SCELLENBERG, T. R. — *A avaliação dos documentos públicos modernos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.
- SCELLENBERG, T. R. — *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. de Manuel A. Wandelely. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963.
- SCELLENBERG, T. R. — *Manual de arquivos*. Trad. de Manuel A. Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.
- SCELLENBERG, T. R. — *Técnicas descriptivas de archivos*. Trad. de Dr. George S. Ulibarri. Córdoba, 1961.
- SINTES Y OBRADOR, Francisco — *Problemas de los archivos españoles*. Valencia, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1954.
- TANODI, Aurelio — *El concepto de archivología*. Santa Fé, 1960.
- VIANA, Mário Gonçalves — *Relações humanas na vida da empresa. Alguns aspectos teórico-práticos*. (Sep. da *Revista de Contabilidade e Comércio*). Porto, 1957.
- VIANA, Mário Gonçalves — *A arte de classificar e arquivar*. Porto, s. d.
- VIANA, Mário Gonçalves — *Organização funcional das Empresas*. (Sep. da *Revista de Contabilidade e Comércio*). Porto, 1957.
- VICENS CARRIÓ, Jaime — *Tratado de clasificación y archivo*. Barcelona, Editorial Labor, S. A., 1946.